

PLANO DE AÇÃO

2022

by
Aly
Rosário



HUMANITAS
Praça de Londres, 9 – 4º Esq. | 1000-192
Lisboa
Tel: 21 8453510
humanitas@humanitas.org.pt

I. INTRODUÇÃO

A construção do Plano de Ação e Orçamento de uma organização é sempre um momento de reflexão sobre as principais linhas estratégicas traçadas. A Direção da HUMANITAS tem-se adaptado aos contingentes sociais e políticos que tem vivido, sempre orientada para a causa que defende da valorização da pessoa com deficiência intelectual, criando todas as condições para que esta tenha uma vida plena com qualidade e dignidade.

Continuaremos a seguir duas linhas de atuação: Representatividade e Influência institucional e Inovação / Formação junto das Associadas, as quais se entrelaçam e cruzam em certos momentos distanciando-se noutras alturas em que uma destas prevalece.

Queremos crescer como federação aumentando o impacto social junto dos agentes económicos, sociais e políticos, de forma a que a temática da deficiência intelectual possa ocupar um lugar relevante na sociedade portuguesa, facilitando a criação de linhas de atuação governamentais adequadas a esta população.

Manteremos forte e permanente contacto com as Associadas, seus familiares e colaboradores, de forma a irmos buscar ao terreno casos concretos que fomentem as teses que defendemos junto da tutela e que fortifiquem os laços de colaboração entre as instituições do país que apoiam o cidadão com deficiência intelectual.

Estaremos alerta para as novas correntes, fruto de visões empobrecidas pelo consumismo, incapazes de lidar com a diferença de uma forma realista, dinâmica e construtiva.

Colaboraremos na criação de novas valências, no desenvolvimento de estruturas inovadoras, na construção ou consolidação de políticas públicas que fomentem a representatividade, a dignidade e a autodeterminação da pessoa com deficiência intelectual.



II. Atividades Previstas

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Governamentais

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- Manter a participação na Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS).
- Continuar a acompanhar a implementação da nova estrutura dos CACI, sugerindo modificações na portaria aprovada de modo a que esta valência seja adequada às exigências de qualidade de serviço e de sustentabilidade das organizações.
- Propor o aumento da capacidade das Equipas de Intervenção Precoce com vista a uma resposta mais adequada e rápida nas sinalizações.
- Continuar a participar ativamente no projeto de transição do Modelo de Apoio à Vida Independente para uma resposta social adequada e abrangente.
- Pressionar a tutela para fomentar o alargamento financiado da rede de apoio residencial adequado às exigências, necessidades e expectativas das pessoas com deficiência intelectual.
- Propor alterações à legislação referente ao edificado das valências de apoio à deficiência tornando-a mais simples e exequível.

Instituto Emprego e Formação Profissional - IEFP

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito do Fórum para a Integração Profissional, bem como continuar o trabalho desenvolvido e estreitar o relacionamento com as organizações congéneres, na Plataforma.

- Acompanhar e monitorizar o desenvolvimento dos projetos em curso de Reinserção Profissional de Pessoas Vítimas de Traumatismo Crânio-encefálico ou outra Lesão Cerebral Adquirida, em conjunto com as restantes Federações representadas no Fórum e as Entidades que se encontram a implementar a Nova Metodologia de intervenção.
- Continuar a acompanhar o Grupo de Trabalho sobre os Referenciais de Formação no âmbito da Qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, que tem por objetivo a análise e apresentação de propostas de flexibilização da atual oferta formativa, equacionando-se o alargamento destas respostas ao nível 4 de qualificação (incluindo a definição da componente de formação de base) e a sinalização de novos referenciais de formação que possam vir a ser adaptados e integrados no Catálogo Nacional de Qualificações.

Direção-Geral de Educação – DGE

- Continuar a participar ativamente na Comissão de Acompanhamento dos CRI, procurando, em conjunto com as outras federações que dela fazem parte, definir claramente o enquadramento dos CRI. O papel ativo de todas as organizações, que têm esta parceria educativa, estabelecida com os AEs com quem trabalham, pode vir a ser decisivo para todo o caminho futuro que vier a resultar das mesmas, na base de princípios claros de intervenção no âmbito educativo.
- Ao mesmo tempo, e também com um enorme significado para todos, terão de ser encontradas soluções, na já referida Comissão de Acompanhamento, para o modelo de financiamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, por forma a estabelecer uma relação clara e transparente, que permita às organizações:
 - a) poderem programar estratégias de atuação e de gestão compatíveis com as necessidades a que há que dar resposta;
 - b) responder positivamente às expectativas dos colaboradores que trabalham nesta área;
 - c) efetuar uma intervenção e apoio que sirva efetivamente aqueles a quem todo o trabalho se destina, as crianças e jovens no seu percurso e sucesso educativo.

Instituto Nacional para a Reabilitação - INR

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito dos grupos de trabalho em que a Federação for chamada a intervir, nomeadamente, GT Eleições Acessíveis.
- Continuar a apresentar e a desenvolver Projetos, no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos do Instituto, nomeadamente na área, Tecnologias Acessíveis e Acessibilidade, com o intuito de promover processos participativos de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência entre outros.

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Não Governamentais

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS

- Manter, como prioridade estratégica, a participação na Confederação integrando nos Grupos de Trabalho já existentes e que venham a ser criados, consolidando a participação nas Comissões especializadas no âmbito do Compromisso de Cooperação 2021/2022.
- Tornar presente a voz da deficiência intelectual dentro dos órgãos da Confederação, através de uma participação ativa no Conselho Geral e como representantes da área da deficiência no Conselho Permanente.
- Colaborar com a Confederação na criação de políticas públicas e estratégias governamentais que apoiem e dignifiquem a pessoa com deficiência intelectual.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos – ODDH

- Manter a parceria e a participação ativa no Conselho Consultivo do ODDH, tendo em conta a atividade do mesmo na promoção de processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência, e que incide em quatro eixos:
 - ✓ Informação - Disseminação dos resultados de investigação desenvolvida no ISCSP sobre a temática da deficiência e direitos humanos.



- ✓ Formação - Capacitação de pessoas com deficiência, organizações representativas, profissionais do sector, investigadores e outros atores interessados.
 - ✓ Investigação - Apoio ao desenvolvimento científico no domínio da Deficiência e direitos humanos.
 - ✓ Intervenção Social e *Policy advice* – testagem e implementação de ferramentas participativas, em parceria com as Organizações da deficiência, de modo a contribuir para a implementação de políticas públicas.
- Continuar com a parceria ativa no âmbito do Projeto EQUAL - Igualdade perante a lei e o direito à autodeterminação das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial em Portugal: Um estudo exploratório, submetido à FCT.
- Continuar a participar anualmente no Encontro e Relatório – “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos” publicado pelo ODDH, em parceria com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

Mecanismo Nacional de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Manter a participação Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conforme Lei nº 71/2019 de 2 de setembro. Este organismo independente tem como função promover, proteger e monitorizar a implementação da Convenção tendo em conta a jurisprudência do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

EUROPEAN ASSOCIATION OF SERVICE PROVIDERS FOR PERSONS WITH DISABILITIES - EASPD

- Participar ativamente nas Assembleias Gerais da EASPD bem como em Grupos de Interesse, nomeadamente Intervenção Precoce, Educação Inclusiva e Vida Inclusiva;



- Divulgar informações de financiamento disponível exclusivamente para membros e informações úteis sobre projetos em aberto, pesquisas de parceiros, bem como guias de financiamento da UE e ferramentas de gestão de projetos, junto das filiadas da HUMANITAS;
- Disseminar, através dos canais da EASPD, o trabalho da organização e filiadas através de newsletters, redes sociais, entre outros.
- Disseminar pelas filiadas os eventos e atividades a realizar pela EASPD e incentivar a sua participação ativa.

FORMEM / FENACERCI / FAPPC / FPDA

- Estreitar o trabalho de parceria entre Federações no sentido de aprofundar o desenvolvimento estratégico a assumir no âmbito do aumento da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, desenvolvendo iniciativas em conjunto.

OUTROS AGENTES ACADÉMICOS / ECONÓMICOS / SOCIAIS / EMPRESARIAIS

- Continuar a privilegiar a continuidade dos serviços em colaboração com a Comunidade, através do estabelecimento de parcerias, consolidando as já existentes, bem como, estabelecer novas relações com empresas, universidades, organizações públicas e privadas e ordens profissionais, de forma a gerar sustentabilidade e ganhos para ambas as partes e sempre visando os benefícios para as filiadas e a participação ativa na sociedade das pessoas com deficiência intelectual.

ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO / INOVAÇÃO

- Continuar com a iniciativa Bolsas de Estudo "HUMANITAS" – 3ª Edição - para estudantes do ensino superior que pesquisem sobre temas relacionados com a deficiência intelectual, contribuindo assim para desenvolver a investigação nesta área, com vista ao desenvolvimento de políticas públicas fundamentadas cientificamente;

- Prosseguir com a 3ª edição do Prémio “Criar para Inovar” aberto a todas as organizações filiadas, onde se destaquem projetos que façam a diferença no apoio às pessoas com deficiência. Os projetos submetidos serão apresentados num encontro temático;
- Manter Apoio Jurídico às filiadas, através da articulação com entidades parceiras e/ou com entidades detentoras de conhecimentos Jurídicos sobre as várias áreas temáticas;
- Prosseguir com o trabalho já iniciado, no âmbito dos Grupos de Trabalho / Reflexão, constituído por técnicos provenientes das filiadas, sobre as diferentes respostas sociais, mobilizando assim as organizações para a ação da Federação;
- Prosseguir com plano de formação, com entidades especializadas / acreditadas na área, com vista à atualização e aperfeiçoamento de competências pessoais e laborais dos colaboradores das organizações filiadas.
- Fomentar Projetos de Inovação de cariz nacional e internacional, com o principal objetivo de construir materiais ou ferramentas técnicas que constituam uma mais-valia na qualidade de atendimento que as filiadas dispensam aos seus clientes.
- Reforçar a comunicação de modo a ampliar o impacto social da federação com vista a melhorar a imagem pública da deficiência Intelectual em Portugal.



III. Orçamento 2022

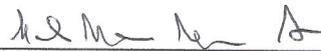
Código da Conta	GASTOS	VALORES 2022	
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
6144...	Outros		0
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0	
6222	Publicidade e Propaganda	5 750	
6221+6224	Trabalhos especializados	13 500	
6226	Conservação e reparação	500	19 750
623	MATERIAIS		
6231	Ferramentas e utensílios	200	
6232	Livros e documentação técnica	150	
6233	Material de escritório	2 500	2 850
624	ENERGIA E FLUIDOS		
6241	Electricidade	650	
6242	Gás	90	
6243	Água	200	940
625	DESLOCAÇÕES E ESTADAS E TRANSPORTES		
6251	Deslocações e Estadas		13 500
626	SERVIÇOS DIVERSOS		
6261	Rendas e Aluguers	10 747	
6262	Comunicações (correio, telefone, internet e ZOOM)	1 700	
6263	Seguros	0	
6265	Contencioso e notariado	100	
6267	Limpeza, higiene e conforto	200	
6268	outros serviços	200	12 947
	Total		49 987
63	GASTOS COM O PESSOAL		
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL		
6321	Remunerações normais + Sub. Férias e Natal + Diuturnidades	20480	
6322	Subsídio Alimentação	1 250	21730
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		4567
636	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRAB. E DOENÇAS PROFISSIONAIS		200
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL		
6382	Abono Falhas	350	
6372	Formação profissional	200	550
	Total		27047
64	GASTOS DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÃO (Não há amortizações a fazer porque o equipamento já está todo amortizado)		0

65	PERDAS POR IMPARIDADE	0
		77034
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	
688	OUTROS	0
6882	Donativos	
6883	Quotizações a organismos Nacionais	860
6883	Quotizações a organismos Internacionais (EASPD e FIADOWN)	3 700
		81 594
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	
698	OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0
		81594
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL	343,40

código da Conta	RENDIMENTOS	VALORES 2022	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
721	Quotizações das Instituições		35 640
78	FINANCIAMENTO OBTIDO		
	Outros Financiadores (INR)		
	Apoio Funcionamento		
	Recursos Humanos		11 000
	Deslocações		2 197,40
	Encargo com água, eletricidade, comunicações e rendas		10 550
	Mat. Consumível escritório e informática		1 550
	Total		25 297,40
	Projetos INR		18 000
	Outros rendimentos e ganhos		3 000
			80 937,40
79	JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS OBTIDOS		
798	OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES		
7981	Outros Ganhos		0
			80 937,40

Tendo em vista a execução do Plano de Ação para 2022, propomos que o Orçamento, que se anexa, no montante de **Custos – 81.594€ / Proveitos – 81.937,40€** seja aprovado.

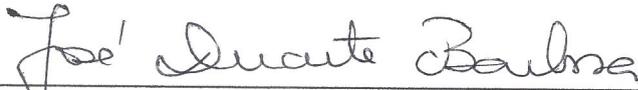
A Direcção da HUMANITAS



Presidente – Helena Maria Mamede Albuquerque



Vice-presidente – Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães



Secretário – José Duarte Barbosa



Tesoureiro – Luís Manuel Silva Amaral



Vogal – Rosa Maria Mendes Moreira

5 novembro de 2021